

## 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE DE GESTÃO DOS REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL

No dia 12 de dezembro de 2022, às 09 horas e 18 minutos, iniciou-se a **65ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)**, com abertura pelo coordenador da CT-GRSA e representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Sr. Thales Del Puppo Altoé, que deu prosseguimento a pauta, conforme relatado a seguir. A reunião ocorreu na modalidade semipresencial em Belo Horizonte/MG e os participantes estão listados abaixo. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo.

**Dos participantes membros, registro: Presencial:** Jessica Luiza Nogueira Zon (IEMA), Thales Del Puppo Altoé (IEMA). **Virtual:** Flávia Mourão parreira do Amaral (CBH-Doce), Gilberto Fialho Moreira (Feam), Helen Roberta de Oliveira Araújo (SEMAD), Marília Pelegrine das Chagas Viana (Prefeitura de Resplendor/MG).

**Dos participantes convidados, registro: Presencial:** Ana Kelly Simões Rocha (IEMA), Anderson Almeida Pacheco (Fundação Renova), Bernardo Ranieri (Fundação Renova), Camila Araújo Camargo (Feam), Edivânia Antônia Gomes Gregório (Comissão de Atingidos de São José do Goiabal/MG), Gabriel Corrêa Kruschewsky (Fundação Renova), Julia Novaes Costa Lima (Fundação Renova), Juliana Bedoya (Fundação Renova), Melina Marsaro Alencar (Fundação Renova), Paulo Sérgio de Jesus (Secretariado/Flacso), Sérgio Ferreira Lima Filho (Fundação Renova), Thaís Cristina Pereira da Silva (Fundação Renova), Thiago Alex de Paiva (Flacso). **Virtual:** Adelino da Silva Ribeiro Neto (IEMA), Ana Laura de Castro Aragão (SEPLAG), Carla Luchi dos Santos (Fundação Renova), Caroline Rodrigues Rosas (Fundação Renova), Claudia Ramos (Accenture), Dandara Silva Cabral (ASPERQD), Elilde Freire (Fundação Renova), Fabio Zacarias Pereira (Fundação Renova), Fernando Alves Guimarães (Fundação Renova), Frederico Galante (Fundação Renova), Giorgio Vieira Peixoto (Fundação Renova), Gustavo Augusto de Almeida Castro (Samarco), Hana Dalila Fernandes (Fundação Renova), Izabelle Juliana da Silva Almeida (Fundação Renova), Jeferson da Silva dos Santos (Fundação Renova), José Mauricio Pereira (Samarco), Luiz Otávio Martins Cruz (Feam), Luis Gabriel Menten Mendonza (Feam), Mario José Soares (Samarco), Paola Lacerda Demuner (IEMA), Pedro Ivo Diogenes Belo (Fundação Renova), Ricardo Vieira Del Peloso (Samarco), Tereza Cristina Moraes de Oliveira Barboza (Fundação Renova), Tuane Garcia (EY), Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro (Samarco), Warley Braz Coelho (Fundação Renova).

Informes Gerais.	
Pauta	Discussão
<b>a. Aprovação da Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-GRSA:</b>	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, colocou a ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-GRSA em aprovação. A ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-GRSA foi aprovada, sem objeções dos membros e da Fundação Renova. A ata será assinada pela coordenação e enviada a Secex para publicação na página do CIF/Ibama.
<b>b. Aprovação das Atas das 10ª e 11ª Reuniões Extraordinárias da CT-GRSA:</b>	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, colocou as atas das 10ª e 11ª Reuniões Extraordinárias da CT-GRSA em aprovação. As atas das 10ª e 11ª Reuniões Extraordinárias da CT-GRSA foram aprovadas, sem objeções dos membros e da Fundação Renova. As atas serão assinadas pela coordenação e enviadas a Secex para publicação na página do CIF/Ibama.
<b>c. Aprovação da Ata da 1ª Reunião Intercâmaras CT-GRSA e CT-Flor:</b>	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, colocou a ata da 1ª Reunião Intercâmaras CT-GRSA e CT-Flor em aprovação. A ata 1ª Reunião Intercâmaras CT-GRSA e CT-Flor foi aprovada, sem objeções dos membros e da Fundação Renova.
<b>d. CT-GRSA (ACP):</b>	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, comentou sobre a decisão judicial Eixo Prioritário nº 5 Retorno Operacional da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves "Candongá."

## 1. Aprovação do Calendário CT-GRSA 2023.

Pauta	Discussão
<b>Apresentação:</b>	A Sra. Jessica Luiza Nogueira Zon, representante do IEMA, apresentou a sugestão de calendário para reuniões ordinárias da CT-GRSA no ano de 2023. Após ajustes, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA e representante do IEMA, colocou o calendário da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA) em aprovação. Sem objeções dos presentes, o calendário foi aprovado. O Calendário aprovado será enviado a Secex para publicação na página do CIF/Ibama.

## 2. Nota técnica: Apresentação das manifestações dos órgãos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo acerca dos documentos apresentados pela Fundação Renova relacionados aos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) – Meio Ambiente e Avaliação de Risco Ecológico (ARE), em cumprimento ao Programa 23 (Manejo de Rejeitos), à Nota Técnica CT-GRSA nº 14/2021, à Deliberação CIF nº 524, de 6 de agosto de 2021, e ao Eixo 2 da ACP Eixos Prioritários.

Pauta	Discussão
<b>Apresentação:</b>	<p>Os representantes do IEMA, Thales Del Puppo Altoé e Ana Kelly Simões Rocha e a representante da FEAM, Camila Araújo Camargo, apresentaram a minuta de Nota Técnica referente as manifestações dos órgãos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo acerca dos documentos apresentados pela Fundação Renova relacionados aos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) – Meio Ambiente e Avaliação de Risco Ecológico (ARE).</p> <p>Após a apresentação, o coordenador da CT-GRSA, Thales Altoé, comunicou aos presentes que estava aberto o momento para questionamentos e discussões. Em seguida, a Sra. Juliana Bedoya, representante da Fundação Renova, disse que a Fundação não adota mais a questão do GAÍSMA e, por isso, essa questão não deve ser citada na Nota Técnica e nem mesmo no Plano de Trabalho da Fundação. Disse ainda que a consideração final da Nota Técnica extrapola o TTAC, uma vez que a Fundação Renova foi criada para definir soluções técnicas, possui autonomia para realizar contratos, propor soluções técnicas e as desenvolvê-las com o acompanhamento da Câmara Técnica, o que está estabelecido na Governança que instituiu o CIF e a Fundação Renova.</p> <p>Sobre o tema Gerenciamento de Áreas Contaminadas do Plano de Trabalho, disse que tudo parte da Etapa 1A, onde é feita uma avaliação do cenário, das substâncias, dos dados secundários, das substâncias presentes, das rotas de exposição, quais as substâncias e as matrizes, e que somente a partir dessa etapa que se gera um modelo conceitual em que se pode definir quais são as substâncias químicas de interesse, quais são as rotas de exposição, quais são as matrizes a serem identificadas e qual a metodologia para definição de pontos e que isso está nas normas da CETESB. Ressaltou que qualquer proposta que divirja disso, estará contra as normas da CETESB e fazendo isso seria irresponsabilidade, pois se definiria um plano de amostragem definindo as substâncias sem se conhecer amplamente tudo que se construiu até o momento atual. Em relação a apresentação em que se afirma que elementos químicos de tóxicos estavam inertes no rio, disse que isso não é verdade, pois não há substâncias que ficam inertes, até pelo próprio potencial redox de efeito de cheia e movimentação, então essas substâncias não estavam inertes no rio, pois elas foram remobilizadas. Ressaltou novamente que a Etapa 1A é crucial para identificação de tudo que será feito a seguir e que não se pode dizer quais são as medidas de remediação sem que se tenha realizado a Etapa 1B, posteriormente a Etapa 2 e a Etapa 3. Disse que a definição de áreas de controle também depende da Etapa 1A e que não é possível definir isso previamente sem conhecer todo o histórico daquela área. Sobre a especiação do metil-mercúrio, disse que isso já está previsto no PMQQS, a inclusão de Metil-Mercúrio em sedimento. Disse ainda que o metil-mercúrio analisado em água foi excluído pela própria Câmara Técnica e que ele é uma variação do mercúrio que ocorre a partir do contato com substâncias vivas, tecidos, matéria orgânica, então isso não será encontrado no sedimento, pois isso é encontrado em peixes, plânctons etc. Disse que isso pode ser incorporado, mas não será encontrado. Sobre o banco de solos da FEAM, disse não ver problema em utilizá-los, mas que o banco de solos da FEAM foi feito em larga escala, escala de estado, e que o próprio órgão ambiental não possui condições de fazer uma análise tão detalhada. Ressaltou que a Fundação Renova propôs uma análise muito mais</p>

detalhada e muito mais criteriosa. Sobre a validação de dados, disse que serão adotados critérios convencionais de cadeia de custódia, de análise de dados e que a solicitação de inclusão das metodologias neste momento não se aplica, pois ainda não se sabe quais são os SQI's, então essas metodologias podem ser incluídas a partir do momento em que os SQI's forem definidos. Sobre a planilha da CETESB, disse que ela foi desenvolvida pelo consultor que trabalha com a Fundação Renova e que por isso a proposta utilizada pela Fundação é totalmente aderente a planilha da CETESB, incluindo melhorias que a CETESB já está adotando para aplicar em sua própria planilha. Destacou que nenhum dos argumentos técnicos apresentados nessa reunião pela CT-GRSA, são suficientes para justificar a reprovação do Plano de Trabalho. Disse que a Fundação Renova não está isenta de erros, que esse é um processo novo, mas que órgãos ambientais também estão aprendendo com esse processo. Disse ainda que sendo reprovado o Plano de Trabalho e a definição feita pela Câmara Técnica violaria o TTAC, pois isso desconsidera a função pela qual a Fundação Renova foi criada e que a função da Câmara Técnica é de acompanhamento.

O Sr. Anderson Almeida Pacheco, representante da Fundação Renova, disse, em relação as substâncias inertes e contaminantes, que os estudos do Lag Layer mostram que o rompimento não alterou processos de sedimentação da bacia e que eles continuam sendo os mesmos processos, que há muitas áreas de aporte do solo, que isso é um processo contínuo e que o rejeito não tem potencial para alterar isso, então não há uma questão de instabilidade, pois os sedimentos não estavam ali estáveis e com isso não havia contaminantes inertes. Disse que existem sim os contaminantes da bacia e que eles estavam em constante movimentação e que considerar esse marco zero é muito simplório e que se precisa considerar as correlações. A Sra. Ana Kelly disse que quando citou na apresentação a importância de se considerar as substâncias inertes, se referia aos elementos que já existiam antes das reações com os novos elementos químicos provenientes da lama de rejeitos e conseqüentemente a reação entre eles que poderia produzir compostos tóxicos para o meio ambiente e que por isso no escopo do trabalho seria interessante considerar essa questão, pois antes havia o processo natural e não um EVENTO dessa magnitude, que levou para o rio certos elementos que reagirão com os elementos que já são característicos do solo. O Sr. Anderson Pacheco disse compreender a preocupação com esses processos químicos, mas que se deve considerar que o rejeito não é um material alienígena, pois ele tem os mesmos compostos minerais que a bacia produz e que o problema se refere ao volume de rejeitos no momento. Disse que geoquimicamente não vê relação entre esses compostos para produzirem outros, uma vez que há o óxido de ferro, minerais silicatados, quartzo, caulinita, hematita, goethita e que esses materiais estão em estado oxidado e que, portanto, um processo de intemperismo teria um tempo geológico para ocorrer. Ressaltou que a Fundação Renova não vê preocupação nesse ponto. O Sr. Bernardo Ranieri, representante da Fundação Renova, disse que os Planos da Fundação contemplam a questão do eventual aumento de biodisponibilidade dos elementos que já se encontravam no ambiente antes do rompimento da barragem e que, portanto, os modelos conceituais e a própria planilha de cálculo de risco abordarão cálculos matemáticos para avaliar essa questão. Ressaltou que são 24 áreas alvos e que haverá 24 conjuntos de SQI's, 24 análises de *background*, 24 avaliações denexo de causalidade.

O Sr. Sérgio Ferreira Lima Filho, representante da Fundação Renova, disse que a Nota Técnica conclui que não será mais a Fundação Renova que executará a ARSH e ARE, mas que isso extrapola o que determina o TTAC, pois a Fundação Renova continua sendo a responsável por executar as ações de reparação. Disse ainda que existe a possibilidade das CT's contratarem por meio do gerenciamento do CIF consultorias para suporte a Câmara Técnica na análise do que é produzido pela Fundação Renova. Disse ainda acreditar que não exista no contrato de gerenciamento a possibilidade de contratação direta pela CT para que um terceiro faça o que é de responsabilidade da Fundação Renova. Ressaltou que esse aspecto na conclusão da Nota Técnica causa preocupação a Fundação Renova e que por isso seu posicionamento está sendo reforçado.

O Sr. Luis Gabriel Menten Mendoza, representante da Feam, ressaltou a importância de possibilidade de concordância em relação ao que foi pautado, mas ponderou que infelizmente isso ocorre após um longo percurso em que há uma grande quantidade de litígios. Disse que há divergência em relação ao papel das Câmaras Técnicas do Sistema CIF, que não são meros acompanhadores, mas fiscalizadores

do ambiente do TTAC. Ressaltou que os próprios estudos de risco e avaliação de áreas contaminadas estão em condição de litígio no Eixo 2 e que a CT-GRSA tentou, com base na última deliberação, trazer essa questão para a esfera administrativa, mas ainda aquém do que se espera do ponto de vista de um processo que já se arrasta em demasia. Disse que a conclusão da Nota Técnica traz para o Comitê Interfederativo a possibilidade de que a CT dê sequência ao processo, similar ao que pleiteado em juízo em função das conclusões do lag layer, que seja em juízo decidida a contratação de uma empresa que seja capaz, de forma independente das mantenedoras e da Fundação Renova, realizar esses estudos no estrito cumprimento da legislação, no desenvolvimento dos modelos conceituais e nas diretrizes emanadas pelos órgãos técnicos. Destacou que essa medida, 7 anos após o rompimento, visa reconhecer e remediar os riscos, dar respostas a sociedade e tornar o processo mais célere para as empresas e para os órgãos públicos. Disse ainda que a busca por uma empresa independente é uma saída parecida ao processo conduzido pelo governo de Minas Gerais no Paraopeba a partir da resolução conjunta SEMAD, Secretaria de Saúde, Feam, SEPLAG, Resolução 01/2021, que tem o modelo de participação independente do poluidor pagador, ou seja, permite que todos participem de forma pública de um processo em que haja desse modo um aumento, sobretudo, da confiança em relação aos resultados esperados.

A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, questionou qual seria o fluxo dessa Nota Técnica cujo assunto está no Eixo 2.

Antes da Sra. Melina Marsaro ser respondida pela CT, a Sra. Juliana Bedoya disse que o sucesso do trabalho de análise de risco a saúde humana que está sendo desenvolvido no Paraopeba se refere a metodologia que começou a ser desenvolvido na Fundação Renova com as mesmas consultorias e que a proposta da Fundação é seguir exatamente a mesma linha que está sendo conduzida no Paraopeba. Ressaltou que essa metodologia é a mesma proposta na CT e que não foi para frente na Fundação Renova devido aos dissensos que resultaram na sua judicialização. Disse esperar maior celeridade nesses trabalhos e reforçou que não há motivos para a reprovação desse plano de trabalho, pois ele segue exatamente a mesma linha de trabalho que vem sendo desenvolvida no Paraopeba em relação ao rompimento de Brumadinho. O Sr. Luís Gabriel disse que a Feam acompanha os trabalhos no Paraopeba no que se refere aos estudos de risco e gerenciamento de áreas contaminadas e que entende como grande ganho do ponto de vista de gestão no caso do Paraopeba foi a participação independente da empresa junto aos demais, com protocolo simultâneo do grupo EPA a todos os participantes que contribuem tecnicamente. Disse que a proposta é que a empresa contratada, com participação independente da empresa poluidora e da Fundação Renova, com participação dos demais e apresentação dos protocolos futuros realizados por essa empresa contratada antes de passar pelo processo de Governança interno da Fundação Renova. Disse que as mesmas empresas em processos diferentes respondem ao órgão ambiental de forma diferente e que essa solução adotada para o Paraopeba possibilitou o avanço do processo e que por isso, para que haja uma menor desconfiança de todos os participantes desse processo. Ressaltou que a proposta de contratação de uma empresa independente da Fundação Renova e das empresas não necessariamente precise passar pelo sistema da Flasco e ou pela via original, mas com uma determinação do juízo para contratação de uma empresa no modelo perito judicial para que haja avanço, tendo em vista que no âmbito do sistema CIF o processo tem sido lento.

O Sr. Luiz Otávio Martins Cruz, representante da Feam, disse que a fala da Sra. Juliana Bedoya está correta, mas que os documentos enviados aos órgãos ambientais não estão exatamente como ela pontua. Disse ainda que foram encontrados os problemas apontados nas Notas Técnicas, que vão para a Fundação Renova e retornam com dissensos que contradizem o que apontou a Sra. Juliana Bedoya. Disse também que espera-se que os documentos a serem entregues pela Fundação Renova, contemplem as considerações apresentadas nas Notas Técnicas. Ressaltou que a Nota Técnica conclui pela reprovação, mas que se houvesse a possibilidade de acatar as recomendações da CT, com certeza haveria aprovação do plano de trabalho. Sobre a Governança, disse que ao comparar os trabalhos do mesmo consultor para o rompimento de Brumadinho com o rompimento da barragem de Fundão, parece que o consultor da Fundação Renova não possui a independência como ocorre no caso do Paraopeba. Ressaltou que para o órgão ambiental não interessa quem contratará o consultor e sim a

sua independência e que o posicionamento técnico da CT-GRSA é o mesmo adotado pela Feam no caso Paraopeba, logo, não é a CT que impede o fluxo célere dos trabalhos e que se houver disposição para se equacionar o problema, a CT estaria a disposição para discussão. O Sr. Thales Altoé disse que a citação do GAISMA na Nota Técnica se refere a questão histórica, pois todas as Notas Técnicas da CT-GRSA apresentam o histórico pregresso. Sobre a fala da Fundação Renova sobre a CT exceder o TTAC, disse que as Câmaras possuem dentre suas funções a fiscalização e acompanhamento e que o TTAC não anula as competências específicas dos órgãos e a CT é composta por membros dos órgãos que são responsáveis pelo gerenciamento de áreas contaminadas e que a Câmara só utiliza a via construída formalmente pelo TTAC para edição dos seus posicionamentos por meio de Notas Técnicas. Sobre a utilização do termo “inertes” na Nota Técnica, disse concordar que o termo “estabilizados” seja melhor empregado como proposto pelo Sr. Anderson Pacheco, tendo em vista o contexto de remobilização de sedimentos. Sobre a planilha da Fundação Renova, pontuou que desde o primeiro diálogo foi apresentado a Fundação que haveria a necessidade de uma validação pública e que isso foi proposto inicialmente pelo consultor da própria Fundação diante dos questionamentos de validação da ferramenta pela CT-GRSA. Sobre a citação do lag layer, disse que há pouco tempo a CT emitiu uma Nota Técnica fazendo essa avaliação contemplando um longo histórico de discussões e mudanças de metodologia do monitoramento de campo e que também houve uma abordagem analítica/modelagem e que a CT contratou um consultor, que tanto pela via de campo de monitoramento, quanto pela via de modelo, pontuou que esse lag layer é instável, sendo uma camada móvel no fundo e não uma camada estabilizada. Em relação a citação de que não há alteração de transporte de sedimentos ao longo da bacia, reiterou que, apesar da entrega de um estudo hidrossedimentológico, este foi reprovado, assim, não há um estudo aprovado que leve a essa conclusão. Disse que a CT encaminhará ao CIF a proposta de contratação da empresa e que a conclusão da Nota Técnica é esclarecedora no sentido de que a Câmara Técnica quer avançar. Ressaltou que baseado no histórico do sistema CIF, não é possível uma aprovação parcial e que a busca é por uma empresa independente, com participação de todos, observando as diretrizes já emitidas pelos órgãos, mas que além de ouvir essa empresa, a CT também ouviria a Fundação Renova. Disse que discussões técnicas levam a conclusões mais consolidadas e que isso pode não ter ocorrido devido a judicialização, mas que a CT não deixará de discutir e ouvir posicionamentos técnicos das empresas e Fundação, apesar do direito exclusivo de voto aos membros da CT.

A Sra. Juliana Bedoya disse que a Nota Técnica exclui a Fundação Renova, permite sua manifestação, mas que sua opinião não é base para recomendação. Sugeriu uma reunião gerencial para que o consultor da Fundação Renova possa esclarecer os dados para se chegar a um consenso e não reprovar o plano de trabalho, pois a reprovação e o envio a juízo resultariam em mais atrasos. O Sr. Thales Altoé ressaltou que esse assunto já possui um longo histórico de discussões e que as últimas deliberações CIF relacionadas ao assunto são a 488 e a 524, inclusive há duas reprovações. Disse acreditar ser uma fragilidade do CIF, mas que a CT não poderia se posicionar diferentemente da atual conclusão devido ao histórico dessa temática. O Sr. Luís Gabriel questionou se houve alguma manifestação formal da Fundação Renova referente ao assunto. Disse também não ver prejuízo em haver manifestação da Fundação Renova quanto ao encaminhamento dessa pauta para o sistema CIF e que dentro do colegiado do CIF esse encaminhamento seja retomado, inclusive pela Fundação Renova. Ressaltou que pelo Governo de Minas Gerais o objetivo é que o processo avance e que haja o comprometimento e a participação com esse desenho de independência que permitiria um conforto técnico as equipes que o acompanham.

A Sra. Melina Marsaro questionou qual seria a previsão de prazos para seguir os fluxos dessa Nota Técnica. O Sr. Thales Altoé respondeu que a Nota Técnica se refere a uma questão judicializada e que por isso ela poderia ser emitida *ad referendum*, mas a CT-GRSA entendeu ser mais adequado passá-la pela Reunião Ordinária para que houvesse a oportunidade de diálogo. Disse que a Nota Técnica será emitida, enviada ao CIF para ser encaminhada ao IAJ, o qual será responsável pelo fluxo a partir desse momento. A Sra. Melina Marsaro disse que tem percebido nas reuniões alegações de falta de independência e imparcialidade dos trabalhos apresentados pela Fundação Renova. Solicitou que a CT-GRSA explicasse o que seria essa falta de independência e imparcialidade nos trabalhos e nas



consultorias, pois a Fundação Renova segue processos de contratação sujeitos as regras de mercado, legislação, com responsabilidade e rigor técnico, atendimento a normas e diretrizes, mas que constantemente isso vem sendo pautado nas reuniões, o que tem deixado a Fundação Renova como mera observadora e coletora de dados e a CT-GRSA retrabalhando e reanalisando tudo o que vem sendo produzido com a alegação de falta de autonomia e independência, então é necessário que seja esclarecido o porquê a CT entende que a Fundação Renova não esteja produzindo resultados fundamentados no rigor técnico e na imparcialidade técnica com as empresas trabalhadas. O Sr. Thales Altoé respondeu que a pergunta é inadequada e que a reanalise em alguns dados, principalmente nos Planos de Manejo, se deram devido a interpretação dos dados ambientais de maneira equivocada. Disse que a CT-GRSA fez a reanálise nos trechos 15 e 16 após a segunda versão dos planos utilizando-se das premissas adequadas. Com relação a questão da independência, citou o exemplo apresentado pelo Sr. Luiz Otávio, de que o mesmo consultor do caso rio Paraopeba com posturas diferentes no caso do rio Doce e citou a referência a fala da Sra. Juliana Bedoya ser adequada, mas que isso não se traduzia nos documentos apresentados pela Fundação Renova.

O Sr. Pedro Ivo Diogenes Belo, representante da Fundação Renova, questionou se foi discutida pela CT-GRSA a recente decisão judicial em que o juiz dá como possibilidade a sequência de quatro cenários a serem seguidos e se haveria a previsão de alguma manifestação com a recomendação de qual cenário seria o mais recomendável. Após o Sr. Luís Gabriel solicitar melhores esclarecimentos sobre a pergunta, o Sr. Pedro Ivo disse que houve uma decisão judicial referente ao Eixo 2 sobre a possibilidade de discussão de qual metodologia será seguida no âmbito do Eixo 2 e que na decisão judicial o juízo coloca como possibilidades quatro cenários. Disse que já houve manifestação pelas empresas e pela Fundação Renova, então o questionamento é para saber se essa decisão já chegou ao conhecimento da CT-GRSA, pois envolve a discussão do futuro do Eixo 2. O Sr. Thales Altoé disse desconhecer essa decisão judicial. O Sr. Pedro Ivo disse que pode disponibilizar por e-mail a decisão judicial para a CT-GRSA para conhecimento, pois conhecê-la é extremamente importante para essa discussão. O Sr. Thales Altoé disse que fará essa consulta junto ao IAJ. O Sr. Luiz Otávio disse também desconhecer essa decisão judicial. O Sr. Thales Altoé agradeceu ao Sr. Pedro Ivo pela informação e disse que a CT-GRSA não pode tomar decisões em cima de uma decisão judicial que desconhece. Disse ainda acreditar que essa decisão não afete o posicionamento da Câmara Técnica referente aos documentos analisados e na eventualidade de afetar, como coordenador, ele pode tecnicamente retomar a discussão. Disse ainda que apesar do posicionamento da Fundação Renova, o caminho do meio será feito pela CT, dando voz a Fundação Renova durante as discussões que ocorrerão, mas não sobre a gestão da empresa contratada, pois sobre isso já foi dada exaustiva oportunidade a Fundação Renova em lograr êxito na proposta de gerenciamento de áreas contaminadas e que isso pode ser comprovado pelo longo histórico de documentação e análise e discussões do sistema CIF, diga-se de passagem o ponto de pauta mais longo da história do sistema CIF, as Deliberações CIF 488 e 487, e disse que esse assunto está amadurecido dentro do sistema CIF e que, portanto, o posicionamento da CT-GRSA é o mais adequado frente ao histórico e documentação apresentada. Questionou aos membros da Câmara Técnica se haveria alguma consideração adicional para posteriormente colocar a Nota Técnica em aprovação e não houve manifestações. O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, colocou a Nota Técnica CT-GRSA 18/2022 em aprovação. O Sr. Sérgio Ferreira solicitou a palavra e disse que a Fundação Renova apresentou a proposta de uma reunião gerencial antes da aprovação da Nota Técnica e questionou se a CT estava disposta a voltar a discutir tecnicamente esses assuntos, tendo em vista todos os pontos apresentados. O Sr. Thales Altoé respondeu que a Câmara Técnica sempre está aberta ao diálogo e ressaltou que a decisão final é do CIF e que havendo algum fato relevante os encaminhamentos no CIF podem ser diferentes, pode ser feito a solicitação do retorno ou retirada da pauta, mas que no momento não acredita que uma reunião gerencial altere o posicionamento da CT, frente a todo o histórico e análise de documentações realizada. O Sr. Luís Gabriel sugeriu que a Fundação Renova documente o que apresentou nessa reunião e disse concordar com a realização de uma reunião gerencial sem prejuízo da aprovação da Nota Técnica. A Sra. Melina Marsaro sugeriu a não aprovação da Nota Técnica antes dessa reunião gerencial para que haja uma decisão conjunta mais assertiva, visto que há essa decisão judicial referente ao Eixo 2. O Sr. Thales

	<p>Altoé disse que a realização da reunião gerencial não impede a aprovação da Nota Técnica. Sobre a decisão judicial, disse acreditar que ela não afeta o posicionamento da CT-GRSA e que não acha adequado retirar de pauta um item baseado em uma decisão ainda desconhecida. Ressaltou que há uma deliberação CIF referente ao assunto e que é papel da Câmara se posicionar referente a isso e que esses são elementos independentes e em havendo algo que afete a decisão da CT ou que possa elencar uma revisão desse posicionamento, ele não é imutável. Disse que para dar celeridade a esse assunto que está há um longo período em discussão, sugeria a aprovação da Nota Técnica, pois esse documento foi bem amadurecido e está adequado. Colocou a Nota Técnica em aprovação. Sem objeções dos presentes, a <b>Nota Técnica CT-GRSA 18/2022 “Apresentação das manifestações dos órgãos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo acerca dos documentos apresentados pela Fundação Renova relacionados aos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) – Meio Ambiente e Avaliação de Risco Ecológico (ARE), em cumprimento ao Programa 23 (Manejo de Rejeitos), à Nota Técnica CT-GRSA nº 14/2021, à Deliberação CIF nº 524, de 6 de agosto de 2021, e ao Eixo 2 da ACP Eixos Prioritários”</b> foi aprovada.</p>
<p><b>Encaminhamento 65.1:</b></p>	<p>Reunião Gerencial entre CT-GRSA e Fundação Renova para discussão técnica acerca dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) – Meio Ambiente e Avaliação de Risco Ecológico (ARE). Data: 06/01/2023.</p>

### 3. Apresentação do Relatório da Operação Watu - Fase XV (Trechos 13 e 14).

Pauta	Discussão
<p><b>Apresentação:</b></p>	<p>O Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, apresentou o Relatório da Operação Watu - Fase XV (Trechos 13 e 14), destacando os pontos vistoriados e considerações finais. Após a apresentação não houve questionamentos.</p>

### 4. Apresentação do Relatório da Operação Watu - Fase XVI (Manejo de rejeitos e regularização de Barra Longa).

Pauta	Discussão
<p><b>Apresentação:</b></p>	<p>O Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, apresentou o Relatório da Operação Watu - Fase XVI (Manejo de rejeitos e regularização de Barra Longa), destacando os pontos vistoriados e as considerações finais. Após a apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, parabenizou ao Sr. Gilberto Fialho pela apresentação e questionou quantas pessoas participaram dessa operação. O Sr. Gilberto Fialho respondeu que pela GERAL participaram da vistoria ele e a Sra. Camila Araújo Camargo, mas houve participação da entidade contratada pela Fundação Renova e de parte da equipe de licenciamento da Fundação Renova. Disse também que a elaboração do relatório compete a equipe da GERAL que tem apoiado a CT-GRSA. O Sr. Thales Altoé questionou qual seria o fluxo desses relatórios. O Sr. Gilberto Fialho respondeu que esses relatórios serão encaminhados ao CIF e caso este entenda ser necessária uma apresentação, encaminha a solicitação a CT-GRSA. Informou ainda que todos os relatórios estão disponíveis pra acesso público por meio do link: <a href="http://www.feam.br/-recuperacao-ambiental-da-bacia-do-rio-doce/acoes-do-estado">http://www.feam.br/-recuperacao-ambiental-da-bacia-do-rio-doce/acoes-do-estado</a>. A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova agradeceu ao Sr. Gilberto Fialho pelas apresentações e disse que a Fundação Renova acompanhou essas vistorias e destacou que elas fundamentaram principalmente o primeiro relatório Watu e a Nota Técnica dos PMR's 13 e 14. Disse que as considerações da Fundação Renova referente aos relatórios foram realizadas em momentos oportunos e que quando se apresenta aspectos relacionados a propriedades rurais e APP's é necessária a verificação de dispositivos do TTAC, da legislação e definição de escopo de outros programas com interrelação com o assunto, PG17, PG26, CT-Flor, GT-Ilhas. O Sr. Thales Altoé disse que quando a Fundação Renova entender necessária a discussão do assunto com participação de outras Câmaras Técnicas, que comunique a CT para que isso seja realizado.</p>

## 5. Follow up do PG34 – Preparação para as Emergências Ambientais.

Pauta	Discussão
<p><b>Apresentação:</b></p>	<p>A Sra. Tereza Cristina Moraes de Oliveira Barboza, representante da Fundação Renova, apresentou o follow up do PG34 – Preparação para as Emergências Ambientais, destacando as atividades Curso Graduação Tecnólogo em Gestão Pública / Curso Graduação Tecnólogo em Segurança Pública, Curso de curta duração, manutenção do Comitê Gestor de Risco – CGR, realização do Censo Populacional das áreas de risco a partir do mapeamento em Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, capacitação e qualificação NUPDEC em conjunto com COMPDEC, capacitação do Comitê Escola Segura (CES), capacitação dos professores em segurança, meio ambiente e saúde, adequação das escolas integrantes ao Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios e melhoria das Defesas Civas.</p> <p>Após a apresentação não houve questionamentos.</p>

## 6. Apresentação dos indicadores do contexto extracalha do PMR e seus status, bem como, do documento final de revisão do PG23 - Manejo de Resíduos.

Pauta	Discussão
<p><b>Apresentação:</b></p>	<p>O Sr. Gabriel Corrêa Kruschewsky, representante da Fundação Renova, fez a apresentação dos indicadores do contexto extracalha do PMR e seus status, bem como, do documento final de revisão do PG23 - Manejo de Resíduos.</p> <p>Após a apresentação, a Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, disse que a apresentação dos indicadores a montante de forma detalhada com relação a bioengenharia em atendimento ao Item 1 do Eixo 1 se deve as dúvidas apresentadas em outros momentos pela CT-GRSA. O Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, disse que há dúvidas inclusive em relação a revisão do PG23, pois ainda não houve uma decisão judicial referente a Deliberação CIF 565, de 20 de dezembro de 2021, que aprovou as Notas Técnicas CT-GRSA 17 e 18/2021. Disse que o CIF ressaltou nessa deliberação os resultados dos trechos 1 a 4 que deverão ser remetidos ao sistema CIF. Questionou como isso será feito e o que está sendo feito em relação ao documento final de revisão do PG23. Disse que a continuidade das discussões referente a bioengenharias e pontos de erosões tem por objetivo se chegar a um consenso de como se dará a meta, pois a dúvida é se as metas e indicadores se manterão após o momento em que a Fundação Renova estagnar as manutenções. O Sr. Thales Altoé disse que também possui essas preocupações e ressaltou que em relação a erosão há controles conforme apresentação, que erosão há em todos os rios, mas que nesse caso está sendo erodido mistura de solo, mais rejeitos, mais sedimentos e em outros rios em teoria isso já é um solo que está sendo erodido e essa é uma questão que precisa ser debatida, pois os indicadores são judicializados e que ao se comparar com a Nota Técnica, se verá que esses indicadores possuem interface com a CT-Flor e que por isso esses indicadores e métricas deveriam ser discutidos em conjunto com a CT-Flor e que conforme a Nota Técnica CT-GRSA nº 17/2021 existem vários indicadores que não estão apresentados. Os Sr. Thales Altoé e Gilberto Fialho concluíram que será necessária realizar essa discussão com a CT-Flor. O Sr. Giórgio Vieira Peixoto, representante da Fundação Renova, disse que os indicadores foram apresentados no Eixo 1 e que somente os quatro primeiros indicadores possuem relação com a CT-Flor e eles foram replicados para o Eixo 1 dentro do PG23. Disse que na CT-Flor o prazo de monitoramento dos indicadores do PG25 era até dezembro de 2020 e que devido a pandemia de COVID-19 o prazo foi estendido até dezembro de 2021. Disse ainda que no Eixo 1 do PG23, foram aproveitados os quatro indicadores do PG25, ou seja, para que desse uma continuidade do PG25 que terminaria em dezembro de 2021. Disse entender que em relação ao PG25 o monitoramento já foi findado e que desde 2018, mesmo com fortes chuvas não houve extrapolação dos indicadores. Ressaltou que o objetivo é mostrar para a CT que em 2023 completará cinco anos de</p>



monitoramento dos indicadores e que a proposta da Fundação Renova é após esse período fazer o monitoramento dentro do PG23 para garantir que continue dentro dos padrões dos indicadores do Eixo 1. Sobre o carregamento de sedimento, nível de erosão, disse que isso será respondido por um conjunto de indicadores, intracalha, transporte de sedimentos, e o PG23 possui outros indicadores intracalha para responder a essa questão. O Sr. Gilberto Fialho disse que a previsão no PG25 é de implantação das bioengenharias e detentores, durante o período emergencial e que a continuidade de manutenção ocorre no PG23, então nesse sentido é a CT-GRSA que decidirá como isso ocorrerá no que tange ao fechamento destas atividades e cumprimento da ação por parte da Fundação Renova no âmbito do PG23. Disse que para a CT-GRSA, a preocupação persiste devido ao balanço de massa, do movimento do material, da turbidez da água, do carregamento de sedimentos. Disse ainda que compreende o cumprimento desse monitoramento, conciliado com as manutenções dos pontos de erosões e das bioengenharias, durante os cinco anos, mas que se preocupa quanto a manutenção da qualidade e atendimento dos indicadores sem esta manutenção. O que será feito se houver extrapolação das concentrações, os indicadores do monitoramento em caso de fim da manutenção. Também disse que a Fundação Renova não respondeu sobre a revisão do PG23. O Sr. Giorgio Vieira concordou com a fala do Sr. Gilberto Fialho, de que é uma coisa cumprir os indicadores extracalha onde o rejeito está controlado e no caso de descida de 2% de rejeito isso deve ser respondido de outra forma, pois não são os indicadores de extracalha que responderão e darão a solução. A Sra. Melina Marsaro disse que os indicadores extracalha trazem perspectiva de efetividade sobre parte das ações que são implementadas para mitigar o carregamento de finos para o intracalha. Sobre o transporte de sedimentos pelo rio, disse que é o indicador intracalha de concentração de sedimentos que dará uma melhor projeção sobre essa dinâmica, além da modelagem de transporte de sedimentos. Disse ainda que o que está sendo apresentado pela Fundação Renova nessa reunião está focado no extracalha e trata-se de uma parte de um conjunto maior de ações e de parâmetros de acompanhamento. Em relação aos indicadores, disse que no Eixo 1 houve uma paralisação das decisões judiciais e esse tema, mesmo com a emissão das Notas Técnicas 16 e 18/2021, ainda não teve uma decisão judicial, mas que a Fundação Renova já procedeu com as revisões e ajustes decorrentes dessas Notas Técnicas no relatório e que também protocolou juntamente com o relatório circunstanciado um relatório com resultados de indicadores e que não houve resposta desse protocolo. Ressaltou que o relatório está atualizado, mas que está travado no fluxo judicial. Sobre a revisão do PG23, o Sr. Gilberto Fialho questionou se algo foi protocolado junto ao juízo. A Sra. Melina Marsaro respondeu que ainda não e que está parado na definição por conta dos indicadores. O Sr. Gilberto Fialho disse que a revisão se encontra paralisada devido aos indicadores e que as Notas Técnicas CT-GRSA 17/2021 e 18/2021 definiram como a CT-GRSA quer os indicadores. A Sra. Melina Marsaro disse que enquanto não houver homologação do que foi manifestado pelo CIF, a Fundação Renova não pode protocolar outra entrega na Ação Civil Pública, sobrepondo algo ainda sem resposta. Disse que há a necessidade de homologação judicial para seguir o fluxo e que a manifestação da CT-GRSA já foi ajustada no relatório e que na homologação do juiz haverá também o desdobramento da revisão do programa. A Sra. Melina Marsaro disse ainda que os primeiros quatro indicadores eram da CT-Flor e foram trazidos para a CT-GRSA para compor os parâmetros de acompanhamento desta Câmara Técnica e que seria produtivo a promoção de discussões conjuntas com o PG25 e a CT-Flor. Ressaltou que está se falando de um curso aberto, sujeito a processos erosivos naturais da bacia e outras intervenções antrópicas, então na medida em que os ambientes forem retomando e se reestruturando na condição de desenvolvimento vegetal, a tendência é que haja redução nos processos, mas que sempre haverá um mínimo presente, pois isso está inerente ao próprio sistema, então por mais que se faça um processo eterno de manutenção, nunca se garantirá 100% de uma condição natural do rio. O Sr. Thales Altoé disse que cabe uma discussão técnica entre CT-Flor e CT-GRSA. Disse compreender que erosão é uma coisa e que erosão de rejeito misturado com sedimento e solo é outra, mas que sozinha, a CT-GRSA não tomará essa posição e que haverá uma reunião intercâmaras para discutir especificamente sobre esse tema. A Sra. Melina Marsaro disse que além da métrica que tem sido mostrada como atendimento ao longo do tempo, deve se chegar há um consenso de critério de encerramento, além do atingimento da meta, qual será o critério de encerramento.

**7. Follow up do cronograma e ações desenvolvidas no âmbito dos programas PG23 (Atendimento ao encaminhamento 57.1):**

Pauta	Discussão
<b>Apresentação:</b>	A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, apresentou o follow up do cronograma e ações desenvolvidas no âmbito dos programas PG23. Após a apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, questionou se os dados de coleta hidrossedimentológica feitos pela Rhama e Golder estariam subsidiando os indicadores. A Sra. Melina Marsaro respondeu que subsidiam o transporte de sedimentos e o cálculo do indicador de concentração de sedimentos suspensos.

**8. Apresentação do relatório de manutenção das erosões e engenharias.**

Pauta	Discussão
<b>Apresentação:</b>	<p>O Sr. Gabriel Corrêa Kruschewsky, representante da Fundação Renova, apresentou o relatório de manutenção das erosões e engenharias. Durante a apresentação, o Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, disse que o CIF emitiu a Deliberação 619 que estabeleceu diretrizes para ações de manutenção de bioengenharias e questionou se a Fundação Renova já estava considerando essa deliberação. O Sr. Gabriel Corrêa respondeu que a deliberação já está sendo considerada e que isso será comentado ao final desta apresentação. Em seguida, O Sr. Gabriel Corrêa continuou com a apresentação.</p> <p>Após a finalização da apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, disse que a preocupação da CT-GRSA é enfrentar períodos chuvosos com muitos pontos de erosão e que se espera para o ano de 2023 um grande esforço da Fundação Renova para que no período chuvoso, 2023/2024, essas manutenções já tenham ocorrido.</p>

**9. Apresentação do andamento das ações de recuperação ambiental nos Trechos 1 a 4, a partir das implementações das ações do PRAD aprovado pela Semad (Atendimento da requisição 1 da Nota Técnica CT-GRSA nº 16/2020).**

Pauta	Discussão
<b>Apresentação:</b>	<p>O Sr. Jeferson da Silva dos Santos, representante da Fundação Renova, fez a apresentação do andamento das ações de recuperação ambiental nos Trechos 1 a 4, a partir das implementações das ações do PRAD aprovado pela Semad.</p> <p>Após a apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, agradeceu a Fundação Renova pela apresentação e questionou se não havia cercamento. O Sr. Jeferson da Silva respondeu que das áreas desse complexo industrial, as internas são mais protegidas e as áreas vizinhas das propriedades em confronto, é onde ocorrem os cortes de cerca.</p> <p>O Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, questionou se essas ações de recuperação ambiental proporcionarão ao ambiente retornar ao que era antes do rompimento da barragem, se áreas de floresta voltarão a ser áreas de floresta. O Sr. Thales Altoé disse que esteve nessa região em abril de 2016 e que várias delas eram áreas de floresta e foram completamente devastadas pela onda inicial de rejeitos. Reforçou o questionamento do Sr. Gilberto Fialho se a pretensão do PRAD é recuperar todas essas áreas para que possam retornar ao que eram antes. O Sr. Jeferson da Silva respondeu que após o mapeamento dos trechos 1 a 4, entendeu-se que dentro dos projetos de restauração florestal boa parte das áreas possuem muita resiliência por estarem próximas a fragmentos, e estes contribuem bastante para a regeneração e retorno das florestas anteriormente existentes e que a atuação das atividades do PG25 foi estritamente nas regiões com possibilidade de atuação. Disse que</p>

nas regiões onde existia floresta está sendo feita a plantação e onde havia floresta e há uma maior regeneração, a Fundação Renova conduz, planta e monitora as regiões onde há um maior aporte de floresta nativa natural com dificuldade para acesso, para que no futuro se conclua a necessidade ou não de intervenção. Disse ainda que as áreas com afloramentos rochosos não poderão fazer parte do escopo de restauração. O Sr. Thales Altoé disse que nos afloramentos rochosos se formaram “gargantas” e que essas regiões já foram florestas e que na apresentação do PRAD, havia a previsão de recuperação dessas áreas. Em seguida, questionou se a Fundação Renova conhecia o posicionamento da Feam e Semad em relação a essas áreas com difícil recuperação, se houve alguma discussão referente a isso. O Sr. Jeferson da Silva respondeu que dentro do que estava previsto no complexo dos trechos 1 a 4, da recuperação dos cânions, dos taludes expostos, isso estava estratificado em ações de bioengenharia e restauração e que desconhece alguma tratativa além dessa.

#### 10. Follow up das tratativas relacionadas ao manejo de rejeitos dos reservatórios da UHE Risoleta Neves (Candongá).

Pauta	Discussão
<p>a) <b>Apresentação do cronograma aprovado e executado até o momento;</b></p> <p>b) <b>Apresentação dos volumes dragados (gráficos, valores mensais, valores totais, área dragada).</b></p>	<p>Após apresentação introdutória realizada pela Sra. Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro, representante da Samarco, o Sr Gustavo Augusto de Almeida Castro, representante da Samarco, apresentou a pauta adicional Atualização dos eventos relevantes de licenciamento para retomada operacional da UHE Risoleta Neves. Ao fim da apresentação da pauta adicional, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, disse que no momento existe o licenciamento para a dragagem do cenário 1 (dragagem completa do reservatório) e questionou como ficaria a execução da licença para dragagem com enchimento. O Sr. Gustavo Augusto respondeu que a determinação para o cenário 1 foi inserida na LOC, que pede o projeto executivo e o cronograma de remoção. Disse ainda que o projeto de engenharia foi protocolado na SUPRI e que este considera o reservatório cheio, visto que a própria LOC tinha como prioridade o retorno operacional da usina, que o parecer 1 da SUPRI indica a priorização do cenário 3, retomada da UHE, e apresentação de um projeto para execução do cenário 1, que foi protocolado e que aguarda manifestação da SUPRI. O Sr. Thales Altoé questionou se a Samarco realizou algum questionamento a SUPRI à respeito da avaliação do projeto. O Sr. Gustavo Augusto respondeu que não e que a equipe Samarco esteve com a SUPRI na semana anterior a essa reunião em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e que essa questão foi discutida, mas que a resposta foi de que isso ainda estava sendo analisado pela SUPRI e que não havia previsão para retorno.</p> <p>Sobre o retorno operacional da UHE Risoleta Neves, o Sr. Thales Altoé questionou se isso foi amplamente acordado com o consórcio. O Sr. Gustavo Augusto respondeu que todas as ações desenvolvidas para o plano de enchimento, plano esse que teve o envolvimento do consórcio em cada etapa, foi aprovado e que todas as ações executadas na UHE e nos 400 metros é discutida com o consórcio Candonga. O Sr. Ricardo Vieira Del Peloso, representante da Samarco, complementou dizendo que não apenas nos 400 metros, mas que o consórcio Candonga acompanha todas as atividades da Samarco no reservatório, inclusive em pontos de margem. Disse ainda que desde novembro de 2020, a Samarco se aproximou do consórcio para que as ações fossem tomadas de forma conjunta.</p> <p>O Sr. Thales Altoé disse que na decisão judicial foram solicitados alguns estudos a mais para a retomada da Usina. A Sra. Úrsula Mares respondeu que a AECOM faz parte da análise técnica e apresentou algumas recomendações e solicitações que estão relacionadas a esses estudos e que esses dados estão sendo estudados pela Samarco para serem entregues. O Sr. Gustavo Augusto disse que há Notas Técnicas da AECOM em que ela apresenta várias ações de curto, médio e longo prazo considerando o enchimento e que de fato essas ações estão sendo consideradas e que o Dam break de fato foi solicitado, inclusive pontuado pela Defesa Civil</p>

de Santa Cruz do Escalvado/MG, mas que essa resposta só poderia ser repassada pela equipe de engenharia. O Sr. Thales Altoé solicitou que na próxima reunião sejam apresentadas informações a respeito dessas considerações da AECOM e questionou se foi realizada a dragagem dos 400 metros no volume projetado. A Sra. Úrsula Mares disse que isso seria apresentado posteriormente. Após os questionamentos, o Sr. Ricardo Vieira apresentou o follow up das tratativas relacionadas ao manejo de rejeitos dos reservatórios da UHE Risoleta Neves (Candongá). O Sr. Thales Altoé agradeceu a apresentação e solicitou que a Samarco mantenha a CT-GRSA informada sobre o enchimento, em especial quando ele for alcançado. A Sra. Úrsula Mares disse que foi registrado na última 64ª Reunião Ordinária da CT-GRSA que a retomada da UHE Risoleta Neves é uma atribuição do consórcio Candonga, que cabe a Samarco promover todas as condições para essa retomada e que existe a previsão no cronograma da ANEEL para a entrada da primeira unidade geradora em 06/02/2023, a segunda em 06/03/2023 e a terceira em 06/04/2023.

**11. Follow up das entregas realizadas e a serem realizadas, no âmbito da ACP (Processo Judicial 0069758-61.2015.4.01.3400), correlacionados a CT-GRSA:**

Pauta	Discussão
<p>a. Apresentar as últimas e as próximas entregas;</p> <p>b. Apresentar os desdobramentos dos itens correlacionados a CT-GRSA;</p> <p>c. Apresentar o status das ações realizadas pela Fundação Renova em atendimento às solicitações dos itens e seus desdobramentos.</p>	<p>A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, disse que não houve protocolos na ACP Eixos no período de 13/10/2022 a 08/11/2022.</p> <p>Após a finalização, o coordenador Thales Del Puppo Altoé disponibilizou um momento de fala final para os atingidos presentes e para membros e outros que quisessem se manifestar. Sem manifestação, ele deu a reunião por encerrada.</p>

Às 15 horas e 22 minutos, do dia 12 de dezembro de 2022, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da Câmara Técnica Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental - CT-GRSA, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

**Ata aprovada em 14/03/2023 durante a 66ª Reunião Ordinária da CT-GRSA.**



**Thales Del Puppo Altoé**

**IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

**Coordenador da CT-GRSA**